

A CIDADANIA FERIDA NO PAÍS DA COPA: as obras públicas para os mega eventos sob o sorriso do lagarto¹

Manoel Montanha Soares²
Daniel Cantanhede Behmoiras³
Juarez Oliveira Sampaio⁴

RESUMO

Este artigo procura abordar a realidade complexa que se imiscui no imaginário do cidadão acerca da construção dos mega eventos esportivos, os quais o Brasil será sede. Exploraremos a relação que a classe dominante estabelece com o poder público e seus interesses escusos e promíscuos com o erário público. Vende-se um discurso de participação e democracia brindada pelas festividades “populares” da copa do mundo e dos jogos olímpicos. Desta forma, faremos uma análise bibliográfica do cenário que permeia a construção de eventos de tamanha envergadura, em concomitância com a postura da sociedade civil e opinião pública diante da promessa dos legados sociais.

Palavras-chave: Cidadania; Mega Eventos; Estado; Classe Dominante.

-
- 1 “O sorriso do lagarto” é a obra talvez de maior relevância do escritor moderno João Ubaldo Ribeiro. Neste texto o autor sublimou o conflito metafísico entre o Bem e o Mal a sua hostilidade orgânica contra o estrangeiro em geral e, em particular, contra o capitalismo norte americano. É um romance sobre o mal, que fica transparente na atitude de uma grande parte da classe dominante brasileira. Do ponto de vista do autor esta detesta nosso país, detesta o que nós somos e acoberta todas as formas violências. É uma obra que em síntese dá a vitória ao mal, ao sujo, ao cruel, em síntese, ao vilão.
 - 2 Doutor em Política Pública/ Universidade de Brasília. Brasília/Distrito Federal, Brasil.
E-mail: zemontanha@outlook.com
 - 3 Mestre em Educação Física Escolar/Universidade de Brasília. Brasília/Distrito Federal, Brasil. Atualmente é professor da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília. E-mail: danielcanta@yahoo.com.br
 - 4 Mestre em Educação Física/Universidade de Brasília. Professor da rede pública de ensino de Brasília. Brasília/Distrito Federal, Brasil.
E-mail: juarezsampaio@hotmai.com

INTRODUÇÃO

O atual momento histórico vem mostrar a face mais perversa do sistema capitalista. Em sua fase neoliberal, assistimos à retração de grandes conquistas erguidas pelos trabalhadores e trabalhadoras a ferro e fogo. É nítida à volta aos preceitos liberais mais primários, mediados agora pelos novos contornos que a burguesia, enquanto classe dirigente e dominante – em suas várias denominações: industrial, financeira, comercial, latifundiária, entre outras – delineia, principalmente a partir dos anos 1970.

O neoliberalismo se mostra como um novo projeto de sociedade, apresentando-se como a resposta burguesa tanto ao projeto socialista que se ergueu após a Segunda Guerra Mundial quanto ao modelo Keynesiano de organização do Estado capitalista, denominado de Estado de bem-estar social. Embora o neoliberalismo ganhe força principalmente a partir do final da década de 1980 no Brasil, é sabido que um de seus principais idealizadores, Frederick Hayek, já em 1944 tecia críticas radicais ao projeto keynesiano, denunciando a profunda intervenção do Estado na vida social, inclusive na dinâmica do “mercado”, o que contraria os preceitos liberais (SALES DE MELO, 2003; ANDERSON, 2000).

O ponto que nos interessa nesta discussão diz respeito principalmente ao fato de o neoliberalismo apresentar-se como a alternativa do capital à presença intervencionista do Estado, ou seja, a solução para os problemas da sociedade estariam no “livre comércio” e na falta de regras para reger o comportamento do mercado, que deve estar livre para atuar a partir de seus próprios princípios. Aqui vale registrar que no que tange à coisa pública, o Estado seria apenas

um agente de transferência de recursos para a gestão privada, algo que é bastante visível com a chegada dos mega eventos esportivos no Brasil. O que se assiste é a transferência direta de recursos públicos para o grande capital privado que administra a construção e reforma de estádios por todo o País.

É possível avaliar que, sob esta ótica, o papel do Estado vem sendo reformulado e sofre profundas modificações, embora, como demonstra Boron (2001), a tese do Estado mínimo seja uma falácia, tendo em vista que principalmente nos países centrais, a participação do Estado na condução da economia não diminuiu, mas foi ressignificada por meio de privatizações indiretas e alterações no mercado financeiro. A despeito do “Estado mínimo”, é importante registrar que este Estado nunca deixou de ser um Estado máximo, ou seja, o preterimento do Estado ante a economia de “livre mercado”, e principalmente ao tamponamento da sangria de bancos privados falidos com dinheiro público, é amplamente divulgado pela mídia como uma responsabilidade e necessidade estatal.

A tese da diminuição do tamanho do Estado, que segundo os neoliberais seria a saída para a crise endêmica nos países latino americanos, posto que esta receita já foi aplicada em outras paragens, e segundo estes especialistas, com muito sucesso. Agora é a hora e a vez dos países ditos “em desenvolvimento”, mas que ainda apresentam um aparato estatal “pesado”, “obsoleto” e ingovernável. É claro que este pensamento não se aplica à transferência de recursos do fundo público para os empresários e empreiteiras, vide o projeto de construção dos Jogos Pan Americanos de 2007 e a construção e reforma dos estádios de futebol para a Copa do Mundo de 2014,

onde o papel do Estado foi e tem sido crucial para a realização destes eventos, tendo em vista que é com os recursos públicos que a iniciativa privada realiza as obras monumentais de construção e reforma de estádios, carregando dezenas de bilhões de reais dos cofres públicos. Segundo a Folha de São Paulo, aproximadamente 26,5 bilhões foram disponibilizados para a iniciativa privada (MACRI, 2013, p. 23-24) para a realização desses eventos, mas a experiência da China e da África do Sul mostra que esse “legado social” não existe como foi planejado.

Por isso, Boron (2001) afirma que o sucesso do neoliberalismo é muito mais ideológico do que econômico – tendo em vista que estes princípios tão alardeados como o único caminho possível para a humanidade perderiam a credibilidade rapidamente, se não houvesse a presença do Estado – já que este discurso criou raiz, ao mesmo tempo em que se assistiu a produção em massa da miséria e do desemprego, bem como a não retomada das taxas de crescimento econômico por países que seguiram à risca o ideário neoliberal.

Sob os alicerces desta “nova” face de projeto de sociedade, o neoliberalismo, as relações travadas entre Estado e sociedade são constituintes de um novo cariz sobre o que é público e sobre o que é privado. Este é nosso ponto de partida, esta é a nossa pauta

de embate. Entender que nós brasileiros temos uma cidadania “falsificada”, obreira de concreto e aço que cingidos assumem o formato de um “grande ninho”, chamado de estádio.

Em relação ao simbolismo, pois a nosso ver se traduz na impossibilidade de a sociedade em sua totalidade apropriar-se daquilo que é o “pão nosso de cada dia” para a imensa maioria dos brasileiros, o futebol, o jogo, a trama, o embate entre quatro linhas. Mesmo que em grande parte estes signos já estejam embotados de capital, o futebol ainda “move montanhas” no país, comove, emociona, insita violências, alude misérias, envergonha e mostra a sua verdadeira face: o futebol é na medida exata o que nós brasileiros somos enquanto homens e mulheres. Livres, prisioneiros, violentos, alienados, indignados, ajustados, apaixonados etc.

Aqui vale aquela máxima capitalista da mais-valia, que anuncia que o trabalhador que constrói o carro jamais terá capital para comprá-lo: será que os mais de 20 mil trabalhadores que estão de sol a sol construindo o Estádio Nacional terão a oportunidade de, com sua família, assistirem aos jogos da Copa do Mundo? Ou, será que a realização dos mega eventos em países “em desenvolvimento” como é o nosso caso, e foi assim também na África do Sul, são feitos para a parcela da população que histori-

5 “O estádio Nacional Mané Garrincha recebeu no dia 18/05/2013 a sua primeira partida de futebol com 22 mil lugares disponíveis nas arquibancadas, ou cerca de 30% da capacidade do estádio, de 72 mil lugares. Cerca de 12 mil entradas foram distribuídas para os 6.000 operários da obra (duas para cada um). Logo após a distribuição, já era possível ver as negociações pelas entradas no Complexo Esportivo Ayrton Senna, onde fica o estádio. Com apenas 2.000 ingressos colocados à venda para o primeiro jogo no Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília, operários que trabalharam na construção da arena e ganharam entradas para a partida entre Brasiliense e Brasília, pela final do Campeonato Candango de Futebol. Porém estes aproveitaram para atacar de cambistas, ofereciam suas entradas por até R\$ 60 nos arredores do Mané Garrincha”. (Aiuri Rebello. “Operários que ganharam entradas viram cambistas na abertura do Mané Garrincha”. Correio Brasiliense, Brasília, 18 de maio. 2013. Caderno Cidade, p.25.)

camente sempre pôde desfrutar de toda e qualquer possibilidade de acesso ao esporte e ao lazer? A não ser pela maquiagem⁵ de distribuírem gratuitamente ingressos aos operários que ergueram o estádio Nacional Mané Garrincha.

Vale refletir sobre os jogos Pan-americanos 2007, com seus contratos superfaturados, previsões orçamentárias inteiramente violadas e total descaso com as metas sociais. A chamada vila olímpica vendeu apartamentos para a classe média carioca que pôde assistir aos jogos e depois desfrutar de toda a estrutura construída para sediar os jogos. Havia sido previsto um investimento inicial de R\$ 60 milhões (**financiados** pela Caixa Econômica Federal) para a construção dos 17 prédios com 1.480 apartamentos no total. Logicamente que o projeto não foi elaborado para equationar o **déficit habitacional** da cidade do Rio de Janeiro — 293.848 moradias, representando quase 1,2 milhão de pessoas (Fundação CIDE)⁶. A lógica trabalhada foi meramente mercadológica e especulativa, vendendo os apartamentos para quem pôde pagar e especular.

Talvez como em “O sorriso do lagarto”, a elite branca não suporta o “cheiro do povo”, o seu suor, a sua maneira de falar, de vestir. Definitivamente, os mega eventos não são para os cidadãos comuns. Estes grandes eventos representam uma “arena” de um Brasil que não gosta do Brasil, e torce o nariz para a democratização do acesso ao esporte e ao lazer. Porque de fato, estes espaços sempre foram habitados por uma

minoría preconceituosa, racista e xenofóbica. A “aristocracia” moderna brasileira não suporta ascensão da “senzala” para espaços além das periferias esquecidas do Brasil. Não é apenas a inacessibilidade material: é a incompatibilidade de mundos.

Vejam os que a formação da sociedade brasileira, como uma sociedade capitalista periférica, traz em sua constituição elementos significativos para a compreensão do tipo de cidadania que se desejou para o seu povo. Somos herdeiros de um Brasil escravocrata e autoritário, onde os ideais de cidadania no Brasil República se revestiram de fortes traços desiguais e discriminadores, prevalecendo uma “cidadania privatizada” e uma “cidadania econômica” ou, como diz Telles (2006), é uma configuração histórica que corresponde a uma sociedade em que direitos não fazem parte das regras que organizam a vida social, que reforçam ainda mais a situação de desvantagem na qual vive grande parte da população brasileira.

Uma cidadania comprada não é cidadania, é uma imposição de poucos sobre muitos. E esta lógica se estende sobre toda a sociedade, desde a escola, passando pelo hospital e quem sabe aportando numa arquibancada de uma partida de futebol. Por que não? A cidadania da bola! Quem duvida que as nossas antropofágicas classe média e classe alta não vão abarrotar os estádios? Quem duvida que elas pagarão altos valores para algum estelionatário a fim de assistirem à *seleção*.

6 A Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE) é um órgão do governo do estado do Rio de Janeiro, que está vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, tendo como responsabilidade o provimento de dados e informações sobre a realidade do Estado do Rio de Janeiro, seja física, econômica, social, demográfica e ambiental.

A “CIDADANIA” NO BRASIL: QUEM DÁ MAIS?

O poder econômico dita o grau e o nível de cidadania que cada indivíduo pode alcançar. Esta cidadania tem como seu alicerce principal a posse dos meios de produção e da propriedade privada, pois estes são o baluarte de uma burguesia “laboriosa”, usados como escudo contra os ditos desinteresse, desordem e preguiça dos pobres pelo trabalho. É a posse da propriedade privada que endossa e legitima, diante da sociedade, uma burguesia “predestinada” a determinar os rumos da maioria da população, tanto política quanto economicamente. Nesse sentido:

em primeiro lugar, é preciso lembrar que a sociedade brasileira constituída historicamente de modo hierárquico, elitista e autoritário tem sido marcada pela exclusão das classes populares do espaço público que não são reconhecidas como ‘sujeitos de reivindicações legítimas’ – fato que aponta uma concepção de cidadania em que a liberdade pública aparece associada à ordem e à autoridade, em vez de configurar valor político. (SOUZA, 2007, p. 60)

Segundo Buffa (2007), o pensamento burguês cria uma nítida separação entre proprietários e não-proprietários. Só os proprietários têm direito à plena liberdade e à plena cidadania. Aos não-proprietários cabe uma cidadania de segunda ordem, como, no máximo trabalhar na construção do Estádio Nacional ou se lançar como voluntário para trabalhar de graça e dar, quem sabe, uma espiada no que acontece nos gramados.

No que concerne à elaboração das políticas públicas voltadas para o esporte e o lazer, a burguesia se organiza de forma

que as políticas que são oferecidas para as classes trabalhadoras, não sejam as mesmas oferecidas àqueles que podem pagar de forma direta. Há então uma separação para os proprietários-cidadãos e uma para os não-proprietários. Sousa (2007) a esse respeito afirma que

o acesso a certos direitos sociais (educação, trabalho decente, saúde, moradia, esporte e lazer) ficou restrito aos chamados estratos médio e superior (os ‘ricos’), deixando à parte milhões de deserdados do segmento inferior da hierarquia social. O sentimento de exclusão é vivido nos menores gestos, atos e desejos cotidianos – um elenco de experiências que se somam no universo da vida destes trabalhadores e introjetam um sentimento de inferioridade e isolamento social e político (SOUZA, 2007, p. 27).

A construção deste espaço público, o Estádio Nacional de Brasília (antigo Estádio Mané Garrincha), deixa bem claro que a exclusão da maior parte da população é parte integrante deste projeto, ou seja, mesmo que o futebol seja o esporte mais popular e mais praticado, visto e ouvido no Brasil, existem espaços reservados para determinadas castas sociais que não podem ser invadidos por sujeitos desafortunados.

Assim, mesmo que de forma escamoteada, o Estado procura criar, difundir e pulverizar, por meio da mídia de massa, um ar de unidade, legalidade e união acerca dos megaeventos a serem realizados no Brasil – como se fossem uma conquista da nação brasileira. Na verdade, sabemos que esta sociabilidade está em conformidade com o projeto das elites, pois assume uma função “educativa” sobre as classes menos favorecidas. Para Gramsci (2004), o Estado deve ser concebido como o educador na

medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização.

Vale salientar que o centro da grande mudança estrutural da sociedade é atravessado pelas mudanças ocorridas essencialmente no paradigma econômico. É a organização da economia que vai orientar a organização e a ação desta “educação” para o povo. Este processo vem, com o passar do tempo, se aperfeiçoando e tornando-se decisivo, pois, no estágio atual do capitalismo avançado, é o poder econômico da burguesia que, lado a lado com o Estado, determina papéis e ações das políticas públicas. Conforme Buffa,

a burguesia do século XVIII já não é mais a burguesia emergente dos séculos XVI e XVII. Cresceu e consolidou-se, assim como a produção capitalista e não-hegemônica da manufatura desenvolveu-se até tornar-se o fator econômico decisivo. Agora, a produção capitalista produz mercadorias em grande escala, de acordo com o método de divisão do trabalho que emprega trabalhadores sob a direção de um empresário moderno. A máquina está surgindo e revolucionando a produção e, à medida que a produção capitalista de mercadorias avançou, mudou também a sociedade como um todo (BUFFA, 2007, p. 25-26).

O nível de organização das sociedades tem inevitavelmente sido dependente do nível de organização e desenvolvimento econômico que estas alcançaram. No caso brasileiro, é bastante sintomático o nível de concentração e exploração econômica em que vive a classe trabalhadora, com pouco acesso a níveis educacionais elevados e dependentes de um sistema público de educação bastante depauperado. Com isso, aceitar os megaeventos esportivos com tantas carências imediatas, com tantos

problemas sociais crônicos, é muito mais que um paradoxo, é uma ação pensada e muito bem montada de assalto aos cofres públicos para atender, de forma imediata, aos interesses do capital privado.

A cidadania, neste contexto, é um discurso vazio, sem nenhum efeito prático na vida cotidiana dos trabalhadores. Apenas os estratos economicamente privilegiados e com acesso a níveis educacionais mais elevados se veem contemplados no exercício da cidadania: uma espécie de cidadania comprada, característica de uma sociedade construída sobre bases de exploração do trabalho e divisão social.

O LEGADO SOCIAL DOS MEGA EVENTOS: HISTÓRIAS QUE NÃO SE CONTAM

Não aprendemos com os erros do passado. Na verdade, os governantes fazem questão de repetir equívocos e má gestão da coisa pública. Sob o latente “sorriso do lagarto”, limpar as ruas, desapropriar áreas habitadas, derrubar casas, “liberar o terreno” para uma suposta higienização da estética da cidade do Rio de Janeiro foi uma máxima aplicada durante os jogos pan-americanos de 2007.

Desde o evento da Eco 92, o que se pretendeu na cidade do Rio de Janeiro foi evitar a presença de jovens negros e pobres que poderiam (e ainda podem) macular a imagem de um Rio lindo e “limpo”. O Pan de 2007 pretendeu construir um cenário esportivo asséptico sem revelar as fraturas da cidade, fortes indícios de exclusão e desigualdades revelados pela presença da população de rua. Pensar que esta lógica de

limpeza estará presente em todas as cidades sedes, tanto da Copa do Mundo de 2014 quanto das Olimpíadas de 2016, deixa evidente o pavor que as autoridades e as elites têm dos moradores de rua e das áreas pobres que circunvizinham os locais de realização dos jogos. Vai assim se cristalizando a lógica neoliberal que tem prevalecido nos espaços do poder público brasileiro.

Segundo levantamento da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP)⁷, há, em todo o Brasil, 170 mil pessoas ameaçadas de remoção forçada por causa das obras ligadas à Copa de 2014 e às Olimpíadas de 2016. Megaeventos ou megaviolação de direitos? No Rio de Janeiro, o padrão tem sido “derrubar primeiro, definir o reassentamento depois”. O aluguel social de R\$ 400, destinado às famílias cujas residências foram desapropriadas, não é suficiente para a sua manutenção até que outra opção seja encontrada.

A relatora da ONU para o Direito à Habitação, Raquel Rolnik, lembra o princípio universal do reassentamento “chave por chave”: nenhuma família deverá ser despejada de sua casa antes de ter participado (e concordado) com a realocação e receber seu novo imóvel. As remoções também causam problemas indiretos, como o agravamento no transporte público – uma vez que muitos estão sendo reassentados em regiões distantes dos bairros centrais – e limitações ao acesso precário a serviços, como hospitais e escolas.

DESPERDÍCIO DE DINHEIRO PÚBLICO OU PROJETO NEOLIBERAL DE SOCIEDADE?

De acordo com o Tribunal de Contas a União (TCU), o valor inicial previsto para a reforma ou construção dos 12 estádios que serão usados para a Copa do Mundo de 2014, que era R\$ 5,3 bilhões em janeiro de 2010, subiu 47% após três anos. As mudanças de estádios e o aumento dos preços finais nos serviços contratados fizeram com que o valor subisse para 7,8 bilhões, dos quais R\$ 4,8 bilhões são de responsabilidade do BNDES e dos governos estaduais. Segundo o jornal Folha de São Paulo (2013), os gastos com a Copa do Mundo se encontram em torno de R\$ 26,5 bilhões e podem chegar à cifra de R\$ 33 bilhões ao final das obras, com 2/3 bancados pelo Estado: mega individualmente público!

A falta de pessoal qualificado do BNDES para análise técnica dos projetos de engenharia das obras foi outro problema apontado pelo TCU, o que pode resultar em aprovação de aditamentos que não condizem com a realidade da obra proposta inicialmente.

No final de 2012, o TCU apresentou um diagnóstico preocupante das obras da Copa do Mundo no Brasil e sugeriu ao governo federal que, diante da ineficiência na execução dos investimentos, retire alguns empreendimentos da sua matriz de responsabilidades. De acordo com uma auditoria do TCU, das 44 obras de mobilidade financiadas pela Caixa Econômica Federal,

7 Giselle Tanaka representante da ANCOP destacou que “a realização dos eventos esportivos (Copa e Olimpíadas) no Brasil poderia ter criado a possibilidade de viabilizar significativos investimentos sociais e na infraestrutura”. Mas na opinião da ANCOP, porém, os altos investimentos despendidos para sediar os megaeventos vêm aprofundando a desigualdade social e as violações de direitos no Brasil. Para a ANCOP “este parece ser um tema comum relacionado aos megaeventos e megaprojetos: servir ao lucro de uns e causar prejuízo a milhões”. (22ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU)

38 não receberam nenhum desembolso por parte da iniciativa privada.

No dia 30 de outubro de 2007, a FIFA ratificou o Brasil como país-sede da Copa do Mundo de 2014. Passados mais de seis anos, a Copa do Mundo no Brasil, que seria a Copa dos investimentos privados, é, mais do que nunca, a Copa dos gastos públicos. De acordo com o relatório apresentado pelo TCU no final de 2012, 85% das despesas do país com o evento são bancadas, de forma direta ou indireta, pelos governos municipais, estaduais e federais (por meio de investimentos ou financiamentos de bancos estatais). No caso dos estádios, o então presidente da CBF, Ricardo Teixeira, prometia atrair empresas dispostas a bancar as obras para depois explorar o uso das arenas. Mas a participação de dinheiro público nas obras das arenas é ainda maior do que a média geral dos preparativos para a Copa do Mundo: 97% do montante consumido pelos estádios correspondem a recursos vindos dos cofres públicos. Em muitos casos, como o Maracanã, o país bancará as obras e depois permitirá a exploração pela iniciativa privada.

O caso do Rio de Janeiro é emblemático, tendo em vista que o orçamento total está R\$ 683 milhões mais caro do que o verificado no levantamento inicial do TCU. Agora, as obras no Maracanã, aeroportos,

portos e mobilidade urbana alcançam R\$ 3,89 bilhões. Os custos estimados para o governo do estado e para a prefeitura do Rio de Janeiro praticamente dobraram, na comparação entre setembro de 2011 e setembro de 2012. O governo estadual deve bancar R\$ 483,5 milhões, contra uma previsão anterior de R\$ 200 milhões. De acordo ainda com o TCU, o custo para a Prefeitura da capital subiu de R\$ 420 milhões para R\$ 704 milhões. Em princípio, os maiores investidores na Copa do Mundo do Brasil, de acordo com o TCU seriam, na ordem, a Caixa Econômica Federal (28,43%, ou R\$ 6,65 bilhões), a Infraero (22%, ou R\$ 5,15 bilhões) e o BNDES (20,8%, ou R\$ 4,8 bilhões).

De acordo com o Portal Transparência da Presidência⁸, a pouco mais de um ano para o início da Copa do Mundo no Brasil, apenas 2,14% dos investimentos em mobilidade urbana saíram do papel. Dos 50 projetos listados na Matriz de Desenvolvimento Social, somente 18 tiveram avanço até o fim de janeiro de 2012. Estão previstos investimentos de R\$ 12,36 bilhões de reais em sistemas de transporte, como VLT (Veículo Leve de Transporte) e monotrilhos, mas apenas R\$ 265 milhões se transformaram em obras. O programa Mobilidade Urbana⁹, do governo federal, ficou praticamente parado em 2012.

8 O Portal da Transparência do Governo Federal (www.transparencia.gov.br) é uma iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU), lançada em novembro de 2004, para assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos. O objetivo é aumentar a transparência da gestão pública, permitindo que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e ajude a fiscalizar.

9 O Programa Mobilidade Urbana objetiva promover a articulação das políticas de transporte, trânsito e acessibilidade a fim de proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável, priorizando a implementação de sistemas de transportes coletivos, dos meios não motorizados (pedestres e ciclistas), da integração entre diversas modalidades de transportes, bem como implementação do conceito acessibilidade universal para garantir a mobilidade de idosos, pessoas com deficiências ou restrição de mobilidade. O programa, que tem gestão do Ministério das Cidades, é operado com recursos do Orçamento Geral da União - OGU.

Cogita-se, inclusive, que esse atraso seja, em parte, proposital: o discurso da emergência faz com que projetos tomem corpo sem passar pelos ritos tradicionais de licitação. Não é acaso que tenha sido aprovado no Congresso Nacional, em 2011, o Regime Diferenciado de Contratações (RDC), na contramão da Lei Geral de Licitações¹⁰.

Esse tipo de legislação de exceção dá margem a aditivos contratuais que podem gerar superfaturamento. Segundo o Ministro Valmir Campelo do TCU, em audiência pública na Câmara dos Deputados em março de 2012, “o atraso pode resultar numa Copa mais cara porque enseja aditamentos”.¹¹ Para legitimar esse processo escandaloso, os governantes utilizam o chamado patriotismo de cidade, ou seja, a ideia de que “o Brasil não pode fazer feio”.

De acordo com a ANCOP, com os R\$ 2,5 bilhões do reajuste dos preços das obras em estádios, seria possível garantir 806,5 mil bolsas atleta para esportistas olímpicos ou paraolímpicos (R\$ 3.100 por mês), ou construir 3.125 quadras poliesportivas cobertas (R\$ 800 mil a unidade), ou construir 46,3 mil casas ou apartamentos do Programa Minha Casa, Minha Vida (média de R\$ 54 mil a unidade), ou construir 2,9 mil creches ou pré-escolas (R\$ 854 mil a unidade), ou construir 16,7 mil escolas

rurais (R\$ 150 mil a unidade), ou 3,6 mil escolas de educação infantil (R\$ 691 mil a unidade), ou ainda 700 escolas de grande porte (R\$ 3,57 milhões a unidade).

O secretário-geral da FIFA, Jérôme Valcke, anunciou que os ingressos¹² que custam em torno de US\$ 25 dólares cada serão 10% do montante dos ingressos previstos para o evento, ou seja, uma ínfima parte. Como a entidade estima que sejam disponibilizados três milhões de bilhetes, sendo 10% o equivalente a 300 mil ingressos, no entanto para o povo brasileiro serão reservados 30% deste total ou seja 100 mil ingressos para toda a copa do mundo a preços populares de R\$ 43,00 divididos pelos 56 jogos da Copa que vai dar em média 1.785 ingressos populares por partida, ou seja, muito pouco. Quem puder pagar por altos valores poderá desembolsar até R\$ 1.500,00 por um ingresso para ver um jogo da copa do mundo no seu próprio país.

CONCLUSÃO

Debater a trajetória das políticas públicas voltadas para o esporte no Brasil é uma tarefa desafiadora, pois tal caminho nos apresenta uma série de intrincadas relações que vão além dos interesses econômicos

10 A Lei nº 8.666/93 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

11 O portal popular da Copa (<http://www.portalpopulardacopa.org.br>) é uma iniciativa dos Comitês Populares da Copa resultado de mobilizações nas cidades-sede da copa de iniciativa de movimentos sociais organizados, universidades e entidades da sociedade civil.

12 O secretário-geral da FIFA, Jérôme Valcke, estimou em US\$ 900 - ou R\$ 1.574 - o valor dos ingressos mais caros para a Copa do Mundo do Brasil, em 2014. Os valores finais de cada bilhete para os estádios ainda não estão completamente definidos, mas devem oscilar entre US\$ 25 - ou R\$ 43 reais. Estes últimos os ingressos da categoria 4 serão colocados a venda por meio de sorteios em que somente brasileiros poderão concorrer. Terão prioridade estudantes, pessoas com 60 anos ou mais e beneficiários de programas sociais do governo federal. De acordo com a atual versão do projeto da Lei Geral da Copa, essas três categorias terão 50% de desconto no valor do ingresso (US\$ 25, ou R\$ 43).

propriamente ditos, colocando em jogo as relações de dominação e controle, tão característicos de uma sociedade de origem escravista como a nossa. Claro que isto hoje se insere num discurso dito democrático de uma sociedade dita democrática, onde todos os espaços estão disponíveis para que assim se possa conquistá-los, independente da origem social, étnica ou de gênero. O que fica bastante claro, no nosso ponto de vista, é que os megaeventos esportivos são voltados para uma parcela da população que tradicionalmente é vista como “vencedora”, pois dispõe de tempo e recursos financeiros para arcar com tais eventos.

Esta disponibilidade de recursos e tempo vai de encontro aos interesses majoritários do capital com a interferência (pra não dizer ingerência) total das entidades representantes deste capital nas atividades relacionadas com a Copa do Mundo no Brasil. Se apenas uma pequena parcela da classe trabalhadora terá acesso aos jogos, e mesmo assim em lugares pouco privilegiados, isto pouco importa. O que realmente importa é que os “privilegiados” lotem os estádios para fazer um belo espetáculo. Acreditamos fielmente que a Copa do Mundo no Brasil está longe de ser uma representante legítima do esporte mais popular e mais praticado pelo povo brasileiro.

Estamos diante de um grande paradoxo, pois o esporte praticado pela elite branca em clubes fechados no início do século XIX, aterrissou nos morros, nas favelas e nos descampados dos confins brasileiros para agora ser praticado, em campos abertos, pela classe trabalhadora.

Na Copa do Mundo, este mesmo esporte volta para as mãos das classes médias e altas da sociedade. Parece-nos um grande retrocesso, tendo em vista, que quem está financiando esta Copa é a própria massa da sociedade civil, por meio de impostos pagos ao erário público.

Vale lembrar que há mais de seis anos, quando o Brasil foi escolhido para sediar a Copa do Mundo de 2014, a notícia provocou, em muitos brasileiros, mais preocupação do que orgulho: temia-se que as autoridades brasileiras cometessem os mesmos erros de sempre nos preparativos para o Mundial, como o ocorrido no Pan de 2007: obras atrasadas, superfaturadas e corrupção, muita corrupção. Por fim, a sensação de que pouco seria feito fora dos estádios, lembrando que o tão exortado “legado social”, não passaria de uma obra de ficção científica para alentar e acalmar os ânimos dos mais descrentes.

A cada dia que passa, as obras para a Copa do Mundo ficam mais caras, e este parece ser o capítulo de uma novela que nós conhecemos muito bem como termina, afinal isto acontece também com outras grandes obras públicas, sejam rodovias superfaturadas, pontes monumentais ou prédios grandiosos. Nenhuma novidade para um país que, segundo a transparência internacional¹³, está em 69º lugar no ranking mundial da corrupção em um universo de 176 países.

Nos limites deste texto, apresentamos o “sorriso do lagarto” como uma alusão ao comportamento das elites brasileiras, e porque também não dizer mundiais, diante

13 Revista Carta Capital. *Redação Carta Capital*. Transparência Internacional. Percepções da Corrupção Index 2012. Carta Capital On-line. Disponível em: <<http://www.cartacapital/transparenciainternacional>>. Acesso em 5 de set. 2013.

dos quase dois terços da população mundial que vivem em condições miseráveis e indignas. A concretização dos megaeventos no Brasil é, ao nosso ver, a concretização dos caprichos das elites que não sabem onde gastar o que tanto acumularam e roubaram com o trabalho alheio, e voltamos a repetir: estes jogos não são para ti, povão!

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1996. p. 9-23.
- BORON, Atilio. Os “novos Leviatãs” e a pólisdemocrática: neoliberalismo, decomposição estatal e a decadência da democracia na América Latina. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (org.) **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatório de acompanhamento das ações e obras relacionadas à Copa do Mundo de 2014. Avaliação final das ações realizadas. Previsão dos gastos totais da União com os jogos. Determinações. Recomendações para futuros eventos esportivos**. Tribunal de Contas da União; Relator Marcos Vinícios Vilaça. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização de Obras, 2012.
- BUFFA, Ester. **Educação e cidadania burguesa**. In: BUFFA, Ester. ARROYO, Miguel G.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um Estudo sobre seu Pensamento Político**. Rio de Janeiro: Campus, 2006.
- GOMES, F. Guedes. *Estado, plano real e acumulação financeira*. In: I ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 2006. Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Scan Editoração & Produção Gráfica, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- _____. *Escritos políticos* (volume 1: 1910-1920). Organização e tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- LIÃO, Roberto Jr. **Tensões e Contradições nas relações entre Estado e Sociedade Civil: a Experiência do Consórcio Brasília**. Tese de Doutorado. Unicamp. Campinas, São Paulo, 2013.
- MACRI, Bárbara. **Gastos com a copa do mundo de 2014 já atingem \$ 26,5 bilhões**. Folha de São Paulo, São Paulo, P. 23-24, quarta-feira, março – 2013.
- SADER, Emir. **Século XX: Uma biografia não-autorizada**. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.
- SALES DE MELO, Adriana Almeida. *A mundialização da educação: o projeto neoliberal de sociedade e de educação no Brasil e na Venezuela*. **Tese de Doutorado**, Faculdade de Educação, Universidade de Campinas (UNICAMP), 2003.
- SOUSA, Nair Bicalho. **Trabalhadores pobres e cidadania: a experiência da exclusão e da rebeldia na construção civil**. Uberlândia, EDUFU, 2007.
- TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: UFMG, 2006.

CITIZENSHIP BLAIN IN THE COUNTRY WOULD CUP: public works for the mega event under the smile lizard

ABSTRACT

This article seeks to address the complex reality that meddles in the production of an imaginary citizen about the construction of mega sporting events in which Brazil will host. We explore the relationship that the ruling class establishes with the government, their vested interests and promiscuous with public money. For sale a discourse of participation and democracy toasted festivities by “popular” World Cup and the Olympic Games. Thus, an analysis of the scenario literature that permeates the building of this scale events, concomitantly with the stance of civil society and public opinion on the promise of social legacies.

KEYWORDS: Citizenship; Mega events; State; Labouring class.

Recebido em: setembro/2013
Aprovado em: novembro/2013